

João Pessoa, PB, 12 a 18 de novembro de 2012 - nº 46 - Ano XV

## Secretário concorda com remuneração discriminatória?

A categoria fiscal lutou, durante anos, pela implantação de um modelo de remuneração que além de incentivar o aumento da arrecadação não prejudique os fiscais aposentados com a quebra da paridade e que estabeleça a devida coerência remuneratória na carreira funcional da categoria. A conquista veio com a aprovação da Lei do Subsídio em 2007 e que trouxe um grande incentivo no aumento da arrecadação beneficiando o Estado e a sociedade.

O Fisco continua reivindicando do Governo o cumprimento da Lei do Subsídio e não aceitará retrocessos em relação ao mecanismo de remuneração da categoria, como vem sendo encaminhado pelo Palácio da Redenção, com a criação de prêmios ou outros adicionais que foram prejudiciais aos servidores das áreas de segurança e educação. Será que o Secretário Marialvo Laureano defendia este tipo de prática quando nas funções de auditor da Receita Federal?

Na próxima semana, o Sindifisco-PB irá reunir-se com o Secretário de Estado da Receita para verificar sua posição em relação ao assunto.

## Auditor na equipe de transição

Em outubro último, os paraibanos elegeram prefeitos e vereadores em todo o Estado e, entre eles, sete auditores fiscais foram eleitos, demonstrando o engajamento e consciência política da categoria. Essa participação tem se estendido a outras esferas, como é o caso da equipe de transição da prefeitura de João Pessoa, um grupo extremamente técnico, que conta com um integrante da categoria fiscal.

O Sindifisco-PB parabeniza o auditor fiscal Fábio Guerra pela participação na equipe de transição da Prefeitura de João Pessoa, função que exercerá com competência e profissionalismo pela reconhecida capacidade técnica e conhecimento que detém.

## Audiência pública em CG

As entidades do Fórum dos Servidores participam, nesta quinta-feira (22), às 10h, de audiência pública na Câmara de Vereadores de Campina Grande, para tratar da política de desmonte do serviço público implantada pelo Governador Ricardo Coutinho no Estado. O Fórum apresentará as denúncias dos servidores. A propositura foi do vereador Antônio Pereira.

A falta de diálogo do Governo, que não negocia com as categorias nem cumpre leis, será a tônica do discurso das categorias na audiência pública, já que, desde sua posse, o Governador tem agido de forma autoritária com os servidores.

## Fórum dos Servidores elabora pauta comum

Em reuniões nas últimas semanas, o Fórum dos Servidores vem elaborando a pauta comum de reivindicações das categorias que inclui, dentre outros pontos, o cumprimento de direitos como adicional noturno, cumprimento do Estatuto do Servidor em relação a regimes de plantão, auxílio transporte e alimentação. Outra questão relevante que se destaca na pauta é a reivindicação pelo cumprimento dos pisos salariais das categorias do serviço público estadual.

O Fórum dos Servidores também está analisando as perdas salariais dos servidores neste Governo e fará mobilizações para que esses valores sejam recuperados. De acordo com as entidades do Fórum, é fundamental trazer para a discussão os dados do crescimento do Estado, para que seja verificada a participação dos servidores nos avanços da Paraíba.

## Para quê tanto autoritarismo?

Os Governos da Europa, continuam pensando que irão resolver os problemas da crise com medidas de austeridade econômica, demissões em massa no serviço público e privado, quebra de fundos de pensão e escassez de crédito, provocando greves gerais e muitos protestos dos trabalhadores.

Sem garantias de emprego e aposentadoria, os cidadãos europeus sofrem com as medidas injustas e ineficazes implantadas de forma autoritária e sem diálogo com a sociedade civil organizada, gerando uma crise social sem precedentes.

Enquanto isso, aqui na Paraíba, o Governador Ricardo Coutinho tenta implantar as mesmas medidas de autoritarismo e falta de diálogo com as entidades representativas da sociedade civil organizada. Recentemente, o Governo pautou, sem diálogo com parlamentares e servidores, Projeto de Lei para a criação de fundo de pensão para as aposentadorias dos servidores estaduais, medida que, comprovadamente, não deu certo na Europa devido aos riscos que o capital especulativo oferece em momentos de crise econômica.

Onde o Governador quer chegar com essas medidas contra os servidores e a sociedade civil organizada? Sua pretensão é gerar uma crise institucional no Estado? Tudo indica que essa situação pode ocorrer, se já não está acontecendo atualmente.